



**ACESSIBILIDADE DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA VISUAL
NO DISTRITO FEDERAL: UMA ANÁLISE BIBLIOGRÁFICA**

RENILDO BOTELHO PIMENTEL

Brasília – DF
2020



RENILDO BOTELHO PIMENTEL

**ACESSIBILIDADE DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA VISUAL
NO DISTRITO FEDERAL: UMA ANÁLISE BIBLIOGRÁFICA**

Trabalho apresentado ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública do Instituto Federal de Brasília, como requisito final para obtenção do título de Tecnólogo em Gestão Pública.

Orientadora: Profa. Dra. Sylvana Karla da Silva de Lemos Santos

Brasília – DF

2020

FOLHA DE APROVAÇÃO



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

DECLARAÇÃO

Renildo Botelho Pimentel

Acessibilidade da pessoa com deficiência visual no Distrito Federal: uma análise bibliográfica

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília (IFB) como requisito parcial para obtenção de grau de Tecnólogo no Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública..

Aprovado em: 13 de outubro de 2020

BANCA EXAMINADORA

(Assinado eletronicamente)

Profa. Dra. Sylvana Karla da Silva de Lemos Santos - Orientadora

(Assinado eletronicamente)

Profa. Me. Kátia Guimarães Sousa Palomo

(Assinado eletronicamente)

Profa. Me. Girlane Maria Ferreira Florindo

Documento assinado eletronicamente por:

- Katia Guimaraes Sousa Palomo, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 03/11/2020 07:09:17.
- Girlane Maria Ferreira Florindo, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 02/11/2020 11:06:04.
- Sylvana Karla da Silva de Lemos Santos, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 01/11/2020 10:08:06.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 31/10/2020. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifb.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 178337
Código de Autenticação: 9f36357c19



RESUMO

O objetivo geral desse estudo é realizar a análise da discussão de publicações que discorrem sobre a questão da importância da acessibilidade das pessoas com deficiência visual em ambientes públicos do Distrito Federal. A partir disso, identificar as principais dificuldades enfrentadas pelas pessoas com deficiência visual com relação à acessibilidade em espaços públicos; avaliar as condições na qual esses espaços públicos se encontram e se eles estão adequados ou não para que as pessoas com deficiência visual os utilizem e apresentar exemplos de espaços públicos que tenham acessibilidade e inclusão social. Para isso, foi realizada uma pesquisa bibliográfica contextualizando e contrastando as opiniões e discussões de publicações relacionadas ao tema. Para que as pessoas que possuem deficiência visual possam viver em sociedade de forma inclusiva, é importante que os locais possuam sinalização tátil e direcional, que os deficientes visuais possam atravessar sinalização sem dificuldades, ter acesso à leitura e à escrita através do sistema Braille, as informações textuais apresentadas em material gráfico devem estar disponíveis em meio visual, com tipos ampliados, as escadas devem possuir contrastes de cor nos degraus, os corredores devem ser desobstruídos, levando em consideração as normas encontradas na NT NBR 15.599. O cenário em que vários espaços públicos do Distrito Federal se encontram, a respeito da disponibilização de ambientes acessíveis, contraria essas normas. É necessário que sejam realizados mais estudos de cunho investigativo que analisem como estão sendo garantidos os direitos de inclusão e acessibilidade das pessoas com deficiência visual nos ambientes públicos do Distrito Federal, dando voz a esses autores.

Palavras-chave: Acessibilidade; Pessoas com deficiência visual; Espaços Públicos; Distrito Federal; Inclusão Social; Pesquisa Bibliográfica.

ABSTRACT

The general objective of this study is to analyze the discussion of publications that discuss the issue of the importance of accessibility and inclusion of people with visual impairment in public facilities in the Federal District. From this, to identify the main difficulties faced by people with visual impairment with regard to accessibility in public spaces; to evaluate the conditions in which these public spaces are located and whether or not they are adequate for people with visual impairment to use them and to present examples of public spaces that have accessibility and social inclusion. For this purpose, a bibliographic research was conducted contextualizing and contrasting the opinions and discussions of publications related to the theme. For people with visual impairment to live in society in an inclusive way, it is important that the places have tactile and directional signs, that the visually impaired can cross signs without difficulties, have access to reading and writing through the Braille system, the textual information presented in graphic material must be available in visual environment, with enlarged types, the stairs must have color contrasts on the steps, the corridors must be clear, taking into account the standards found in NT NBR 15.599. The scenario in which the Federal District is currently regarding the availability of accessible environments goes totally against these norms. It is necessary that more studies of investigative nature are carried out that analyze how the rights of inclusion and accessibility of people with visual deficiency in the public environments of the Federal District are being guaranteed.

Keywords: Accessibility; People with visual impairment; Public Spaces; Federal District; Social Inclusion; Bibliographic Research.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Percentual de incidência de cada obstáculo na amostra.....	21
Gráfico 2: Incidência de irregularidades na urbanização do lote com relação aos prédios de uso público.	22
Gráfico 3: Necessidade de piso tátil de alerta para objetos em balanço x existência de piso tátil.....	22
Gráfico 4: Quantidade de produções por ano (2015 – 2020).....	25
Gráfico 5: Percentual de autores segundo o sexo.....	26
Gráfico 6: Área de formação dos autores.....	26
Gráfico 7: Principais palavras-chave utilizadas	27

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: As 10 regiões administrativas com maior número absoluto de pessoas com deficiência.....	18
Tabela 2: Quantidade de pessoas por tipo de deficiência.....	19
Tabela 3: Caracterização das publicações.....	28

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Símbolo Internacional de Acesso (SIA)	17
Figura 2: Exemplos de falta de acessibilidade nas vias públicas do Distrito Federal	20

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 REFERENCIAL TEÓRICO	12
2.1 QUEM É A PESSOA COM DEFICIÊNCIA VISUAL?	12
2.2 ACESSIBILIDADE PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL NO DISTRITO FEDERAL	15
2.3 PERFIL DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA QUE RESIDEM NO DISTRITO FEDERAL	18
2.4 SITUAÇÃO DAS INSTALAÇÕES PÚBLICAS DO DISTRITO FEDERAL	19
3 METODOLOGIA	23
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	24
4.1 DESCRIÇÃO DOS ESTUDOS SELECIONADOS	25
4.2. CONTRIBUIÇÃO DOS ESTUDOS PARA A PESQUISA	29
5 CONSIDERAÇÕES	33
REFERÊNCIAS	34

1 INTRODUÇÃO

No ano de 1988, a Carta Magna assemelhou a conjuntura de igualdade social entre as pessoas. Por esse motivo, é fundamental garantir um tratamento equitativo para todas as pessoas, levando em consideração as barreiras que as pessoas com deficiência enfrentam. Para tanto, é importante que sejam criados espaços adaptados e adequados e, adiante disso, é necessário que sejam realizadas adaptações na maneira de se expressar, na tecnologia, na linguagem utilizada, no transporte, e outros, fazendo valer o 5º artigo da Constituição Federal, o da igualdade, que garante a todos os cidadãos brasileiros a equidade nas condições sociais (CARVALHO, 2017).

De acordo com um relatório realizado no ano de 2016 pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF), o Distrito Federal não disponibiliza vias públicas apropriadas aos deficientes visuais, impossibilitando a mobilidade urbana dessas pessoas com segurança e independência, como por exemplo: posicionamento e sinalização de equipamentos urbanos, calçadas esburacadas, placas e postes instalados inadequadamente, degraus sem sinalização e rota planejada de forma errônea, em locais onde existem árvores. Percebe-se que, de forma geral, existe uma falta de planejamento na instalação de lixeiras, balizas, na disposição dos amontoados de lixo, e a comercialização informal de produtos, o que acaba prejudicando a mobilidade urbana (DISTRITO FEDERAL, 2016).

Dessa forma, segundo análise das pesquisas feitas por Martins (2012), com relação ao bem-estar e à garantia de direitos das pessoas que são acometidas de necessidades que precisam de cuidados específicos, esses direitos ainda não são tão acessíveis. Isso se dá pelo fato de que ainda existem preconceitos e indiferenças advindos da história que refletem na negação de que as pessoas com necessidades específicas possam ter uma vida com menos barreiras. Sendo assim, é necessário que sejam repensadas as atitudes e modificados os conceitos relacionados à essa população.

É nítida a urgência em investigar, estudar e publicar estudos a respeito desse tema, objetivando utilizar os resultados para elaborar projetos para a efetivação da inclusão social como uma realidade tirada do papel e verdadeiramente implementada, visto que as pessoas que possuem necessidades específicas e seus familiares ainda sofrem com a possível não realização desse acontecimento.

Nessa perspectiva, a pergunta que norteia o desenvolvimento deste estudo é: como estão sendo garantidos os direitos das pessoas com deficiência visual nos ambientes públicos do Distrito Federal? E, ainda, esses direitos estão realmente sendo atendidos?

O objetivo geral desse estudo é realizar a análise da discussão de publicações que discorrem sobre a questão da importância da acessibilidade e inclusão das pessoas com deficiência visual em instalações públicas do Distrito Federal. A partir disso, identificar as principais dificuldades enfrentadas pelas pessoas com deficiência visual com relação à acessibilidade em espaços públicos; avaliar as condições na qual esses espaços públicos se encontram e se eles estão adequados ou não para que as pessoas com deficiência visual os utilizem e apresentar exemplos de espaços públicos que tenham acessibilidade e inclusão social.

Destaca-se que proporcionar a acessibilidade dessas pessoas a ambientes e prédios públicos é responsabilidade dos órgãos e entidades públicos. Nesse sentido, justifica-se a pesquisa voltada para essa temática pelo fato de que é necessário que sejam compreendidos os conhecimentos existentes relacionados com a acessibilidade de pessoas com deficiência visual, especificamente.

Como plano metodológico, foi realizada uma pesquisa bibliográfica contextualizando e contrastando as opiniões e discussões de publicações relacionadas ao tema.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 QUEM É A PESSOA COM DEFICIÊNCIA VISUAL?

É importante, inicialmente, que sejam apresentados alguns pontos relacionados à pessoa com deficiência visual. Apesar de ser muito comum a sociedade denominar o indivíduo com deficiência como portador de necessidade especial, vale ressaltar que o termo portador é utilizado de forma errônea e ofensiva, pois a pessoa com necessidade especial, não porta a sua deficiência como se fosse um objeto e a utilização desse termo faz com que seja predominada a doença ao invés da pessoa. Já, quando se reporta ao indivíduo como pessoa com necessidade

especial, prevalece a pessoa, o ser humano, os seus sentimentos, ao invés da limitação (OLIVEIRA, 2013).

A visão é um meio essencial para que o sujeito se relacione com o ambiente social no qual ele vive. Assim, como o sentido da audição, a visão tem a função de obter ações próximas ou distantes e possibilita que o cérebro estruture as mensagens que são enviadas pelos demais órgãos dos sentidos. Todas as pessoas possuem “sistemas-guia”, que são maneiras de se direcionar no espaço. Por exemplo, para que seja decorado um caminho, a pessoa pode se guiar por uma casa de cor diferente, ou usando os pontos cardeais como noção (norte – sul, leste – oeste). A visão é um desses sistemas-guia. Dessa forma, as pessoas cegas necessitam utilizar outras formas de sistema-guia, como por exemplo, o sentido do tato para memorizar o tipo de calçamento das ruas; o sentido do olfato, memorizando restaurantes ou fábricas de comidas; ou o sentido da audição, utilizando como memória barulhos de locais movimentados (GIL, 2000).

O Parágrafo 1º do Artigo 5º Decreto 5.296 de 2 de dezembro de 2004, diz que:

Considera-se, para os efeitos deste Decreto: pessoa portadora de deficiência, além daquelas previstas na Lei nº 10.690, de 16 de junho de 2003, a que possui limitação ou incapacidade para o desempenho de atividade e se enquadra nas seguintes categorias: deficiência física; deficiência auditiva; deficiência mental; deficiência visual e pessoa com mobilidade reduzida.

E ainda, que:

Deficiência visual se caracteriza pela cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60º; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores.

De acordo com o Artigo 2º da Lei Nº 13.146 de 6 de Julho de 2015 (Lei Brasileira de Inclusão – LBI):

Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o

qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

Segundo Gil (2000), os graus de visão compreendem um vasto espectro de probabilidades que varia desde a visão total completa até a cegueira total. O termo “deficiência visual” abrange o espectro desde a cegueira até a visão subnormal. A visão subnormal representa a modificação na capacidade funcional resultando em uma diminuição do campo visual, como: miopia, astigmatismo, estrabismo, hipermetropia, dentre outros. Porém, é importante salientar que nesse artigo, daqui em diante, será considerada como sujeito da pesquisa a pessoa com deficiência visual que possui cegueira total. Portanto, todas as vezes que for mencionado o termo “deficiência visual” compreende-se o indivíduo com cegueira total.

É fato que as pessoas que possuem algum tipo de deficiência sofrem há séculos com a exclusão social, fazendo com que a relação dessas pessoas com o restante da sociedade se tornasse limitada. Historicamente, as pessoas com deficiência foram excluídas dos direitos essenciais de qualquer ser humano, como educação, cultura, vida social, saúde, qualidade de vida e a oportunidade de poder conviver em vários locais de usufruto público por falta de estruturas adequadas para a sua inserção e permanência. Dessa forma, por conta do preconceito e pelas dificuldades físicas, cognitivas e sensoriais, elas eram isoladas em escolas específicas para deficientes, internatos, asilos, e até mesmo, manicômios (MOREIRA, 2015).

Os indivíduos que possuem deficiência física, mental ou intelectual são frequentemente tratados diferentemente do restante da sociedade por não terem os seus direitos respeitados, não possuem a segurança de ir e vir sem depender de uma terceira pessoa, não terem liberdade para fazerem o que quiserem, na hora que quiserem e não serem tratados como sujeitos de sentimentos e vontades próprios. Esse tipo de tratamento que essas pessoas recebem é constrangedor e faz com que elas se sintam cada vez mais excluídas socialmente (ARAÚJO, 2015).

2.2 ACESSIBILIDADE PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL NO DISTRITO FEDERAL

O termo acessibilidade costuma ser utilizado para referir-se ao acesso das pessoas com deficiência aos ambientes públicos e meios de transportes (GHIRALDI, 2014). De acordo com o dicionário Aurélio, acessibilidade é a qualidade daquilo que é acessível, e, ainda, facilidade na aproximação, no trato e na obtenção.

O direito de ir e vir e a proteção das normas estabelecidas pela Constituição Federal para a acessibilidade das pessoas com deficiência são garantidos pela Lei Brasileira de Inclusão (LBI). Esta Lei descreve acessibilidade como oportunidade das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida utilizarem com autonomia e segurança todos os espaços, sejam eles, mobiliários, de equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação (BRASIL, 2016).

Percebe-se, então, que o privilégio de acessibilidade é mais do que um direito assegurado à pessoa com deficiência, mas também retrata ações desempenhadas para que um espaço se transforme em acessível, onde são proporcionadas condições essenciais para que todas as pessoas utilizem esses ambientes com segurança, liberdade e independência (CARVALHO, 2017).

De acordo com Moura e Lima (2015), a acessibilidade está diretamente ligada com a inclusão social. Esses autores dizem, ainda, que é necessário lembrar que a acessibilidade possibilita que o indivíduo usufrua todo e qualquer espaço físico. No entanto, pode-se considerar a acessibilidade, realizando uma análise mais profunda, como uma circunstância de oportunidade de as pessoas acessarem várias áreas de suas vidas, sendo isso, possibilidade fundamental de admissão no processo de inclusão social.

Segundo a Lei Federal nº. 10.098 (Brasil, 2000), a acessibilidade é determinada como a “possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, dos espaços, mobiliário e equipamentos urbanos, das edificações, dos transportes e dos sistemas e meios de comunicação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida”.

Para Sasaki (1999):

O processo mediante o qual os sistemas gerais da sociedade, tais como o meio físico, a habitação e o transporte, os serviços sociais e a saúde, as oportunidades de educação e de trabalho, e a vida cultural e social, incluídas as instalações esportivas e de recreação,

sejam acessíveis para todos. Isto inclui a remoção das barreiras que impedem a plena participação das pessoas, sobretudo de deficientes em todas estas áreas, permitindo-lhes assim alcançar uma qualidade de vida igual à de outras pessoas.

Voltando-se especificamente para as pessoas que possuem deficiência visual, é necessário relatar que para que elas tenham um atendimento digno e possam viver em sociedade de forma inclusiva, é importante que os locais possuam sinalização tátil e direcional, que os deficientes visuais possam atravessar sinalização sem dificuldades, ter acesso à leitura e à escrita através do sistema Braille, as informações textuais apresentadas em material gráfico devem estar disponíveis em meio visual, com tipos ampliados, as escadas devem possuir contrastes de cor nos degraus, os corredores devem ser desobstruídos, dentre outros, levando em consideração as normas encontradas na Norma Técnica NBR 15.599 (ABNT, 2008).

É notório que os indivíduos que possuem deficiência visual não possuem as mesmas oportunidades de poderem acessar as atividades cotidianas que as pessoas que não tem deficiência visual possuem. Dessa forma, os locais públicos de lazer e entretenimento precisam adaptar-se para receber essas pessoas. É necessário fazer com que essas pessoas tenham a oportunidade de poder acessar as informações que são visíveis de uma maneira diferente, utilizando o tato e a audição de forma interativa. A autonomia e a vontade própria das pessoas com deficiência visual também devem ser levadas em consideração, permitindo-se que elas circulem pelos ambientes seguros. Para isso, é necessário que os espaços físicos sejam organizados respeitando as leis e normas vigentes, proporcionando materiais e recursos comunicativos que garantam o direito a essas pessoas (MOREIRA, 2015).

Posto isso, salienta-se que a Norma Técnica 9050 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (NT NBR 9050), apresenta diretrizes voltadas para a importância da acessibilidade, baseadas em recursos jurídicos que auxiliam na realização de projetos que tenham como finalidade efetivar intervenções na arquitetura, o urbanismo e no transporte públicos, por intermédio de agentes políticos sociais (ABNT, 2015).

Ainda de acordo com a NBR 9050 (ABNT, 2015), para que se tenha uma percepção maior sobre a importância da acessibilidade em espaços públicos, é essencial que sejam destacadas algumas definições, como:

- Espaço Acessível: local no qual possa ser utilizado por qualquer pessoa;

- Espaço Adaptável: local onde sua estrutura pode ser alterada, tornando-se acessível;
- Espaço Adaptado: local em que seu padrão foi alterado posteriormente para ser acessível;
- Espaço Adequado: local que foi projetado para ser acessível;
- Rota acessível: local que possua um percurso constante, desimpedido, que conecte ambientes internos e externos de prédios e que todas as pessoas consigam usufruir de maneira independente;
- Piso tátil: é um piso que tem textura e cor contraste, em comparação ao piso tradicional. Esse tipo de piso ajuda a orientar as pessoas com deficiência visual ou baixa visão;
- Linha-guia: todo item natural ou adaptado que sirva como orientação direcional das pessoas com deficiência visual.

Além disso, também se torna essencial a abordagem sobre o Sistema de leitura e escrita e sobre o Símbolo Internacional de Acesso para pessoas com deficiência (SIA). O Braille é a principal forma das pessoas com deficiência com visual lerem e escreverem. De acordo com a NBR 9050 (ABNT, 2015): “as informações em Braille não dispensam a sinalização visual dos espaços, incluindo caracteres ou figuras em relevo, exceto quando se tratar de folheto informativo”.

O Símbolo Internacional de Acesso (SIA) auxilia na comunicação para que o público perceba que ali é um local acessível para pessoas com deficiência visual. A Figura 1 representa as cores que são utilizadas para caracterizar esse símbolo, bem como, a maneira que elas devem estar dispostas. Portanto, o símbolo pode ser branco sobre fundo azul; branco sobre fundo preto ou preto sobre fundo branco (ABNT, 2015).

Figura 1: Símbolo Internacional de Acesso (SIA)



Fonte: ABNT NBR 9050 (2015).

Todos os ambientes, edifícios, casas, prédios e locais urbanos que forem construídos devem ser pensados para atender a NT NBR 9050 e serem acessíveis para todas as pessoas. Porém, a maioria das dificuldades na arquitetura e na estrutura dos locais podem se tornar acessíveis realizando adaptações arquitetônicas e sensoriais para possibilitar o acesso dos deficientes visuais. O que é básico para uns, se torna essencial para aqueles que terão a oportunidade de preservar a sua autonomia e singularidade na sociedade (MOURA; LIMA, 2015).

De acordo com Fernandes (2019), a importância de uma comunicação acessível perpassa pela intermediação da comunicação sensorial, considerando assim, todos os sentidos. E ainda complementa:

Nem que seja apenas um deles além da visão, possibilitando a participação corporal dos visitantes por meio de suas percepções. A acessibilidade e a comunicação sensorial oferecem aos espaços culturais a construção de ambientes que proporcionam a comunicação pelos sentidos emitidos e percebidos pelo corpo, o que possibilita o estabelecimento de relações, trocas e estratégias de mediação acessíveis a todas as pessoas, independentemente de suas características físicas sensoriais, intelectuais, culturais e linguísticas.

2.3 PERFIL DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA QUE RESIDEM NO DISTRITO FEDERAL

O Relatório Final sobre Acessibilidade em Vias Públicas e Prédios Públicos (2016) destacou que, segundo os dados do Censo Demográfico de 2010, de 2.570.160 habitantes do Distrito Federal, 573.801 informaram possuir ao menos uma deficiência. As Regiões Administrativas que obtiveram maior porcentagem de pessoas com deficiência, foram Ceilândia, Taguatinga e Samambaia. A tabela 1 demonstra esse cenário:

Tabela 1: As 10 regiões administrativas com maior número absoluto de pessoas com deficiência.

	População	%	Deficientes	%
Distrito Federal	2.570.160	100,00%	573.801	100%
Ceilândia	402.729	15,67%	94.961	16,55%
Taguatinga	212.863	8,28%	51.157	8,92%
Samambaia	200.874	7,82%	48.565	8,46%
Planaltina	171.303	6,67%	37.507	6,54%
Brasília	209.855	8,17%	36.507	6,36%
Gama	135.723	5,28%	33.780	5,89%
Recanto das Emas	121.278	4,72%	27.426	4,78%
Guará	142.833	5,56%	22.434	3,91%
São Sebastião	100.659	3,92%	19.024	3,32%
Águas Claras	109.935	4,28%	17.720	3,09%

Fonte: Distrito Federal, 2016.

No período em que foi realizado esse Censo, o grupo que obteve a maior porcentagem de incidência no Distrito Federal foi o de pessoas com deficiência visual, com 63,71%. Destaca-se que algumas pessoas declararam possuir mais de um tipo de deficiência e, dessa forma, a soma do número de pessoas que participou da pesquisa não representa o número total de pessoas com deficiência, como pode ser observado na Tabela 2:

Tabela 2: Quantidade de pessoas por tipo de deficiência.

Tipos de deficiência levados em consideração pelo IBGE	Nº de declarantes	% de declarantes em relação à população do DF	% de declarantes em relação pop. do DF que declarou alguma deficiência	% de declarações de cada tipo de deficiência em relação ao total de declarações realizadas
Defic. Visual	463.373	18,029%	80,754%	63,714%
Defic. Motora	131.037	5,098%	22,837%	18,018%
Defic. Auditiva	104.825	4,079%	18,268%	14,413%
Mental/Intelect.	28.035	1,091%	4,886%	3,855%

Fonte: Distrito Federal, 2016.

Perante os dados encontrados, percebe-se que os tipos de deficiência que obtiveram maior porcentagem de incidência foram: visual e motora. Estes são justamente, os que necessitam atenção especial no quesito acessibilidade, pois envolvem dificuldade de locomoção.

2.4 SITUAÇÃO DAS INSTALAÇÕES PÚBLICAS DO DISTRITO FEDERAL

“Ter acesso à” significa ter a possibilidade de obter acesso. Portanto, o direito ao acesso em instalações públicas refere-se a situações corriqueiras que proporcionam oportunidades para todos aqueles que possuam o desejo de utilizar, independente de possuir alguma deficiência ou não (ARAÚJO, 2015). É importante destacar que, de acordo com a leitura e análise realizada nas pesquisas, existem alguns locais públicos de serviço e transição do Distrito Federal que não são acessíveis. Isso dificulta a possibilidade de locomoção confiável, segura e autônoma das pessoas com deficiência.

De acordo com Martins (2012), possibilitar o acesso das pessoas com necessidades especiais em ambientes públicos caracteriza um enorme progresso para a sociedade, superando as dificuldades encontradas na população por aqueles que não têm as mesmas situações positivas de poderem participar e serem inclusos nas atividades do dia-a-dia. Porém, o que se encontra nos locais públicos são impossibilidades arquitetônicas de tráfego e acesso das pessoas com deficiência na maioria dos locais do Distrito Federal.

Essas barreiras arquitetônicas são qualquer impossibilidade de mobilidade de qualquer pessoa em edifícios, locais urbanos e construções, como buracos nas estradas, transporte inadequado e insuficiente, banheiros inadaptados, ausência de rampas, calçadas seguras, dentre outros. Contudo, essas circunstâncias impactam muito mais as pessoas com deficiência física, impedindo-os de transitarem e terem acesso a esses ambientes (SIQUEIRA et al., 2009).

O cenário em que o Distrito Federal se encontra a respeito da disponibilização de ambientes acessíveis vai contra as normas determinadas pela ABNT na NBR 15599, como pode ser visualizado na Figura 2, divulgada pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF) no Relatório Final sobre Acessibilidade em Vias Públicas e Prédios Públicos (DISTRITO FEDERAL, 2016).

Figura 2: Exemplos de falta de acessibilidade nas vias públicas do Distrito Federal

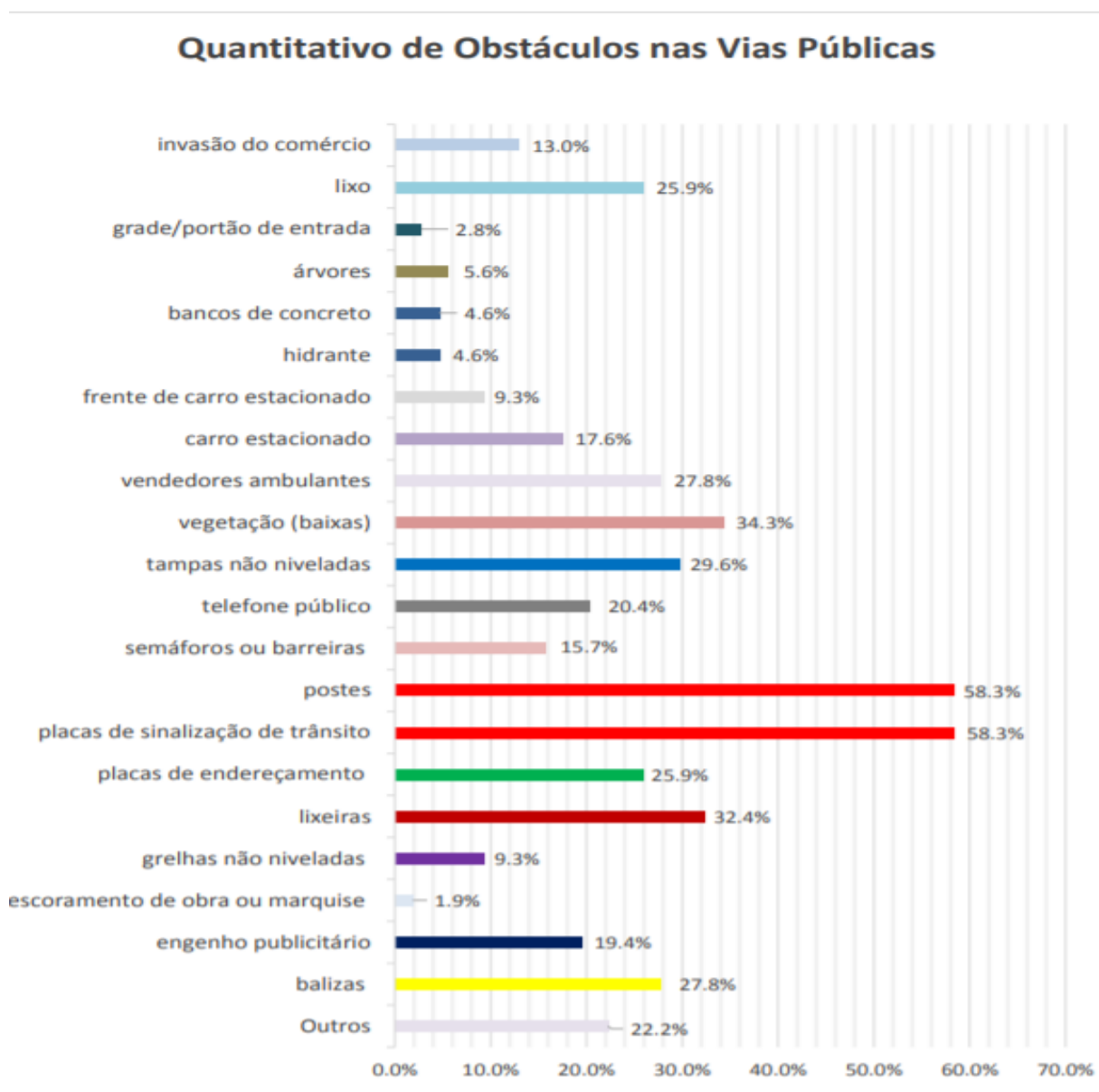


Fonte: Distrito Federal, 2016.

Essa inexecução faz com que a cidadania não seja respeitada e com que a garantia de bem-estar e qualidade de vida dos deficientes visuais não sejam executados (MARTINS, 2012).

De acordo com o Relatório Final de Acessibilidade em Vias Públicas e Prédios Públicos (2016), foi realizada a análise de trajetos que apresentam obstruções e dificultam a acessibilidade. O Gráfico 1 ilustra os principais obstáculos encontrados devido à falta de planejamento na urbanização das vias públicas.

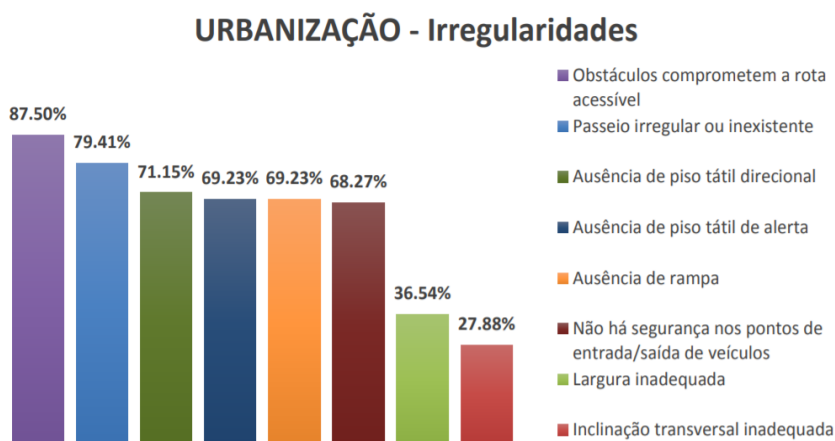
Gráfico 1: Percentual de incidência de cada obstáculo na amostra.



Fonte: Distrito Federal, 2016.

No tocante aos prédios e instalações de uso público, onde são prestados serviços para a comunidade, percebeu-se que eles não se adequam a todos os critérios de acessibilidade tanto na urbanização, como no interior dos prédios, o que acaba tornando complexa a acessibilidade do usuário. Pode-se observar essa questão no Gráfico 2.

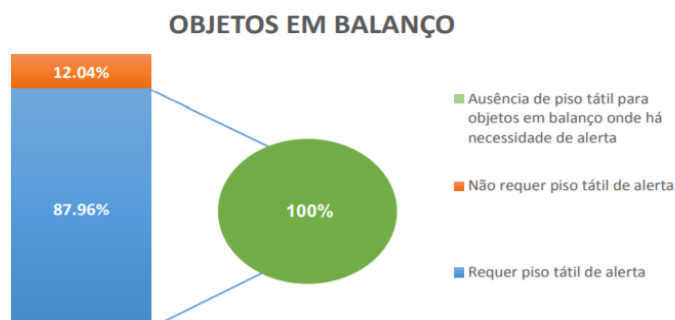
Gráfico 2: Incidência de irregularidades na urbanização do lote com relação aos prédios de uso público.



Fonte: Distrito Federal, 2016.

Foi verificada também a presença de impedimentos quanto à sinalização de objetos em balanço com piso tátil de alerta. Cabe destacar que objetos em balanço são aqueles que estão instalados distantes do chão entre 0,60 cm até 2,10 cm e devem ser contornados com o piso alerta. A falta de piso tátil de alerta nesses objetos prejudica a mobilidade das pessoas com deficiência visual. Certificou-se que, de um total de 100% dos locais onde existe a falta de piso tátil de alerta, 87,96% desses lugares requerem a existência deste tipo de piso, como destacado no Gráfico 3.

Gráfico 3: Necessidade de piso tátil de alerta para objetos em balanço x existência de piso tátil.



Fonte: Distrito Federal, 2016.

3 METODOLOGIA

Com o propósito de adquirir uma resposta para objetivo exposto nesse artigo, como metodologia de estudo foi feita uma análise de produções através da pesquisa bibliográfica, buscando compreender o que é dito pelos autores a respeito do tema abordado. Essa pesquisa foi realizada através de livros, relatórios, revistas, sites e outros documentos. Segundo Gil (2008):

A pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho desta natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas. Parte dos estudos exploratórios podem ser definidos como pesquisas bibliográficas, assim como certo número de pesquisas desenvolvidas a partir da técnica de análise de conteúdo.

Compreende-se como pesquisa bibliográfica a revisão de literatura baseada nas teorias essenciais que conduzem o trabalho científico. Geralmente, utiliza-se da internet para a realização de pesquisas em bases de dados com credibilidade científica, para que sejam obtidas produções bibliográficas que auxiliem no estudo e na elaboração de novas produções (PIZZANI, 2012).

Algumas bases de dados fornecem ao pesquisador acesso gratuito e livre à produções completas de textos e artigos. Essa forma de pesquisa bibliográfica faz com que o pesquisador tenha a opção de utilizar termos e palavras-chave relacionados ao seu tema de pesquisa relacionados ao tema na qual está procurando (SOUZA-SANTOS, 2010).

Dessa forma, realizou-se uma pesquisa inicial e foram considerados os títulos que possuíssem a temática abordada. Com os artigos permanentes, foram realizadas leituras dos resumos, para que assim, fossem selecionados os trabalhos que contemplavam os interesses da pesquisa. A realização da coleta de dados se deu no período de 01 de setembro a 15 de setembro de 2020 e foram utilizadas para a pesquisa as bases de dados *Scientific Eletronic Library Online* (SCIELO), Portal de Periódicos CAPES e Google Acadêmico.

Foram definidos como critérios de inclusão: artigos, dissertações ou monografias publicadas nos últimos 5 anos (2015 – 2020), na língua portuguesa e de autores brasileiros. Os descritores utilizados foram: *acessibilidade and pessoa*

com deficiência visual and Distrito Federal”, “inclusão and pessoa com deficiência visual and Distrito Federal”, e “pessoa com deficiência visual and instalações públicas and Distrito Federal”.

Considerando a importância de serem encontrados artigos, dissertações ou monografias que tratassem da acessibilidade de pessoas com deficiência, especificamente no Distrito Federal, foram realizadas pesquisas nas bases de dados Scielo e Periódicos CAPES mas, infelizmente, não resultaram em publicação encontrada.

Dessa forma, foram buscadas na base de dados Google Acadêmico onde, inicialmente, foram encontradas 8369 produções científicas. Com relação ao critério de inclusão relativo ao recorte temporal dos últimos 5 anos (2015 – 2020), foram localizados 4379 artigos. Desses, foram selecionadas 17 produções científicas que tiveram como local de estudo o Distrito Federal. Todos estes estudos apresentavam o texto na íntegra, disponível *on-line*.

Das 17 produções selecionadas, todas atenderam ao critério de inclusão ao serem classificadas como artigos, dissertações ou monografias, bem como quando se aplicou o filtro relativo ao idioma. Desses achados, um estava duplicado, e por isso, foi excluído, restando 16 artigos. Após a leitura dos títulos e dos resumos dessas produções, seis foram excluídos por não responderem à questão norteadora desse estudo. Restaram 10 artigos, que foram utilizados para a escrita dos resultados.

Em estudos de pesquisa bibliográfica com dados de fontes secundárias não é necessário acessar informações sigilosas ou invasivas ao ser humano. Dessa forma, não foi necessária a submissão do artigo para a apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa.

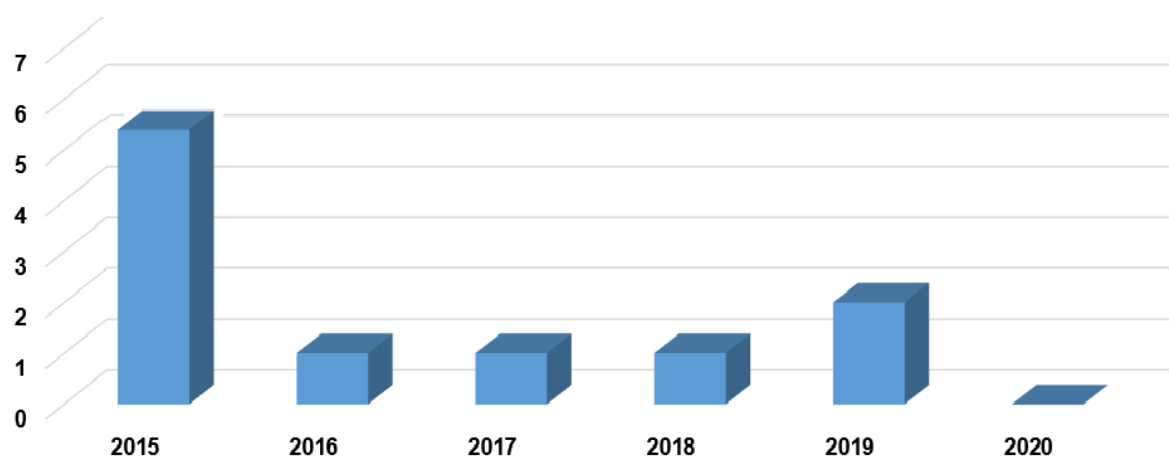
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados desta pesquisa serão demonstrados em duas partes de análise. A primeira mostra o detalhamento da descrição dos estudos selecionados e a segunda categoria trata das contribuições que esses estudos trouxeram para a pesquisa.

4.1 DESCRIÇÃO DOS ESTUDOS SELECIONADOS

Como já mencionado, foram selecionadas 10 produções para leitura e escrita dos resultados. Com relação ao período de publicação, compreendido entre 2015 e 2020, o ano de 2015 foi o que concentrou o maior número de publicações, totalizando cinco. O ano de 2019 obteve duas produções publicadas. Já os anos de 2016, 2017 e 2018 resultaram em apenas um artigo cada. O ano de 2020, não obteve nenhuma publicação até o momento, como pode ser analisado no Gráfico 4.

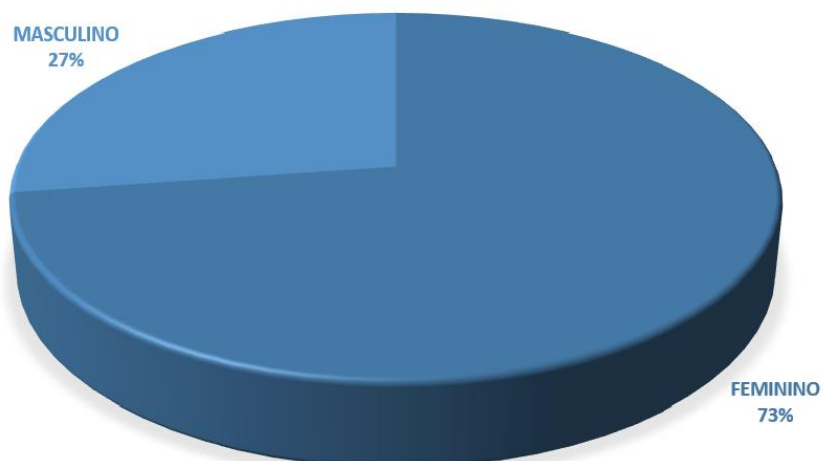
Gráfico 4: Quantidade de produções por ano (2015 – 2020).



Fonte: autoria própria.

O Gráfico 5 apresenta, de acordo com os 10 artigos estudados, que o número de autores do sexo feminino predominou, totalizando sete autoras (73%). O sexo masculino correspondeu ao número de três autores (27%).

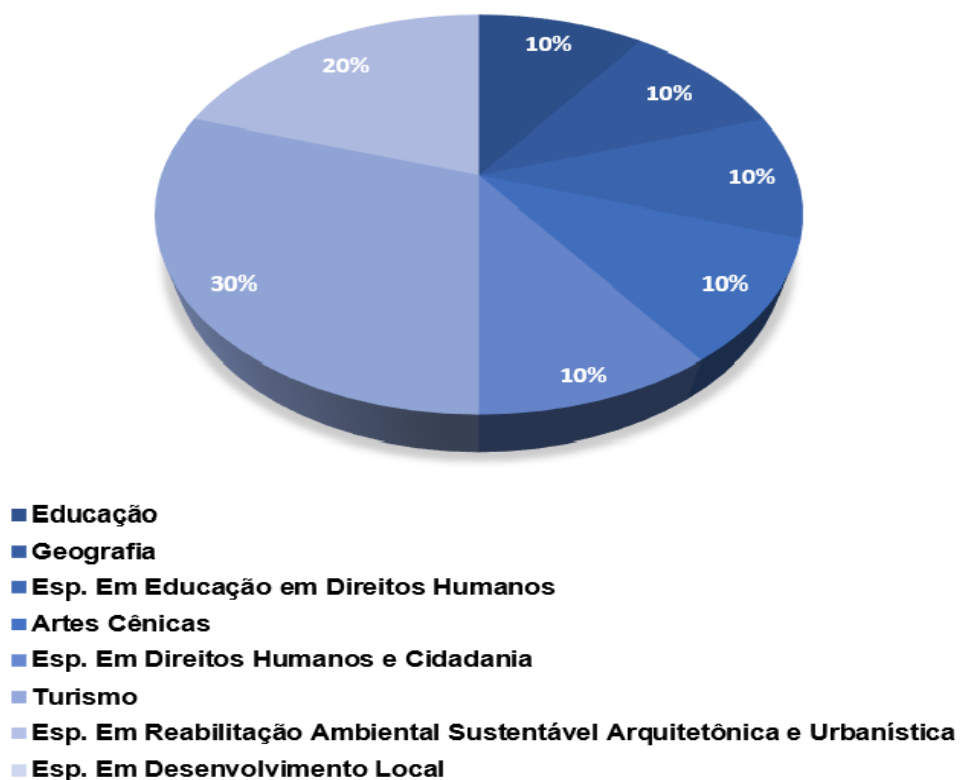
Gráfico 5: Percentual de autores segundo o sexo.



Fonte: autoria própria.

Com relação à formação dos autores, 30% deles são formados na área de Turismo, caracterizando a maioria, conforme mostra o gráfico 6.

Gráfico 6: Área de formação dos autores.

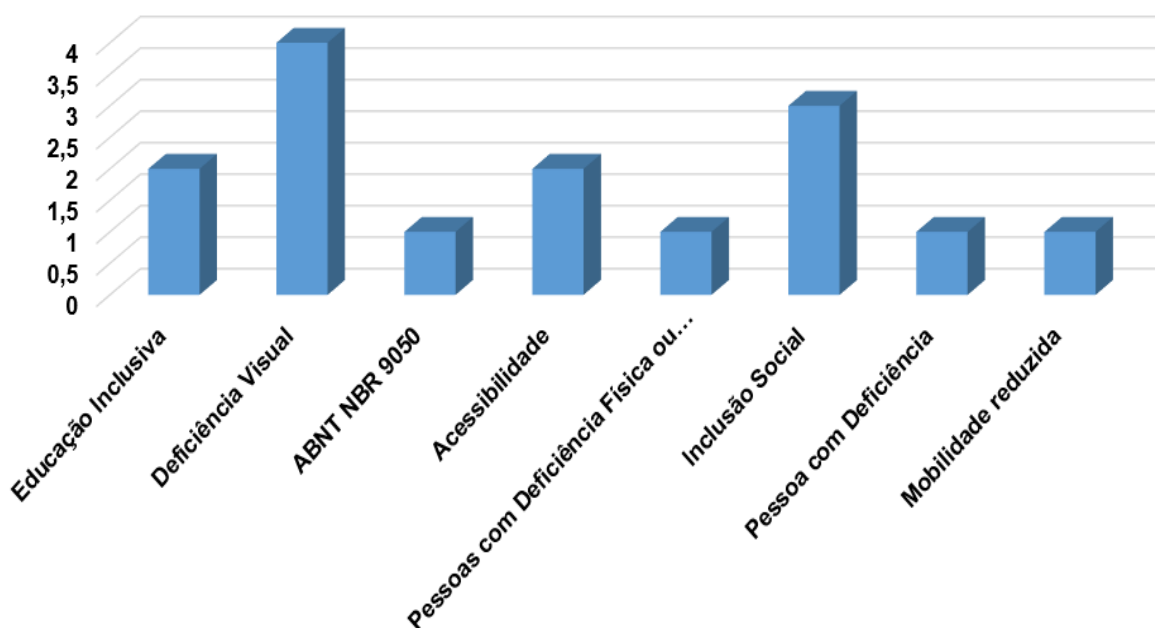


Fonte: autoria própria

Ainda de acordo com o Gráfico 6, os 20% restantes representam a área de Especialista em Reabilitação Ambiental Sustentável Arquitetônica e Urbanística. As áreas de Educação, Geografia, Especialista em Educação em Direitos Humanos, Artes Cênicas, Especialista em Direitos Humanos e Cidadania e Especialista em Desenvolvimento Local representam 10% cada um deles.

As palavras-chave que mais foram utilizadas nas produções foram: Educação Inclusiva; Deficiência Visual; ABNT NBR 9050; Acessibilidade; Pessoas com Deficiência Física ou Mobilidade Reduzida; Inclusão Social; Pessoa com Deficiência; Mobilidade Reduzida, conforme o Gráfico 7.

Gráfico 7: Principais palavras-chave utilizadas



Fonte: autoria própria.

É importante ressaltar que a escolha das palavras-chave é uma parte crucial na escrita de um artigo, pois ela ajuda os leitores a identificarem se aquela produção irá auxiliá-los ou não no objetivo que eles procuram estudar.

Apresenta-se, na Tabela 3, a caracterização das publicações quanto ao título do artigo; objetivos e abordagem. Isso possibilita uma visão geral dos artigos selecionados para o referido estudo.

Tabela 3: Caracterização das publicações

ID	TÍTULO DO ARTIGO	OBJETIVOS	ABORDAGEM
A1	Inclusão através do ensino de Artes Cênicas – Experiências em duas escolas públicas do Distrito Federal	Descrever, analisar e refletir a respeito das possibilidades de inclusão, fomentadas a partir do ensino da linguagem teatral nas aulas de Artes em uma escola pública regular inclusiva do Distrito Federal.	Pesquisa Bibliográfica e Relatos de Experiência.
A2	A política de Educação Especial/Inclusiva nas Escolas Públicas de Ensino Médio do Distrito Federal na Perspectiva dos Estudantes com Deficiência Visual	Analisar a política de educação especial/inclusiva nas escolas públicas de ensino médio do Distrito Federal na perspectiva dos estudantes com deficiência visual.	Pesquisa a análise documental, entrevista semiestruturada e questionário de perfil.
A3	A hospitalidade para deficientes visuais: Um estudo nos Setores Hoteleiros Sul e Norte de Brasília - DF	Analisar a acessibilidade para pessoas com deficiência visual tendo como foco os hotéis localizados em Brasília.	Levantamento Bibliográfico.
A4	Acessibilidade em estabelecimentos de Ensino Superior em Brasília: o caso do curso de arquitetura e urbanismo do Centro Universitário de Brasília (uniceub)	Avaliar a acessibilidade, segundo os padrões estabelecidos pela ABNT NBR 9050:2015, do campus da Asa Norte do Centro Universitário de Brasília (UniCEUB).	Pesquisa a análise documental.
A5	Acessibilidade para pessoas com deficiência visual nos hotéis dos Setores Hoteleiros Sul e Norte de Brasília (DF)	Avaliar a acessibilidade para pessoas com deficiência visual nos empreendimentos hoteleiros.	Revisão de literatura.
A6	Acessibilidade para deficientes físicos e pessoas com mobilidade reduzida nos arredores do Estádio Nacional de Brasília	Identificar as mudanças ocorridas no que se refere à acessibilidade para pessoas com deficiência física ou mobilidade reduzida nos arredores do Estádio Nacional de Brasília, realizadas em função da Copa do Mundo FIFA de 2014.	Pesquisa Bibliográfica e Pesquisa de Campo.
A7	Acessibilidade inclusiva no	Garantir acessibilidade inclusiva, a promoção de ações afirmativas com adoção de projetos urbanos que	Pesquisa-intervenção

	Setor Central do Gama – DF	privilegiem a acessibilidade para todas as pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.	
A8	Mobilidade e Acessibilidade Espacial No Transporte Por Ônibus: Estudo de Caso em Águas Claras – Distrito Federal	Analisar a acessibilidade do sistema de transporte público por ônibus e a pé na cidade de Águas Claras – DF.	Pesquisa Bibliográfica
A9	Avaliação da Floresta Nacional de Brasília para o atendimento de pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida	Avaliar da Floresta Nacional de Brasília para o atendimento de pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida.	Pesquisa-intervenção
A10	Os primeiros passos para a construção de um campus inclusivo no IFB – campus Taguatinga Centro	Apresentar as ações desenvolvidas para promover a inclusão de pessoas com deficiência visual no Campus Taguatinga Centro do Instituto Federal de Brasília a partir da implementação de um curso de Formação Inicial e Continuada (FIC) intitulado “Inglês para Deficientes Visuais”.	Pesquisa-intervenção

Fonte: autoria própria.

Quanto ao título dos artigos, a maioria continha os descritores selecionados encontrando-se: acessibilidade, inclusão, Distrito Federal, pessoas com deficiência visual, deficientes visuais e deficiência visual.

Quanto aos objetivos propostos pelos autores, analisando de modo geral conforme o Quadro 1, dos 10 artigos encontrados, seis procuraram analisar, identificar ou avaliar a acessibilidade das pessoas com deficiência visual. Referente às abordagens, observou-se que o método utilizado em todas as produções para as pesquisas foi do tipo qualitativo.

4.2. CONTRIBUIÇÃO DOS ESTUDOS PARA A PESQUISA

As Leis do Brasil obedecem às normas de acessibilidade da ABNT, que menciona a necessidade de utilizar meios exclusivos para Pessoas com Deficiência Visual, como: linha-guia, piso diferenciado, piso tátil, sinalizações sonoras e sinalizações com placas, além de minimizar o número de obstáculos. De acordo com o estudo A2, os estabelecimentos avaliados dispunham de escassas rampas, corrimões, pisos táteis, além, de terem vários obstáculos.

De acordo com Moura (2015), a inclusão precisa significar antes de um processo, um comportamento do indivíduo. Ela necessita desempenhar papel de destaque como conduto de intensificação de probabilidades de livre-arbítrio. Neste sentido, a inclusão é um composto de ações que tende a tornar equitativo o ser e o fazer social.

O estudo A5, avaliou a acessibilidade para pessoas com deficiência visual nos empreendimentos hoteleiros. Dessa forma, no que se refere à circulação das pessoas no *hall*, os autores perceberam que, dos 30 hotéis que foram visitados para a realização da pesquisa, 27 não dispunham de acessibilidade no caminho que une o hotel à via pública e aos outros hotéis e, também, não apresentam uma circulação acessível da rua para o saguão onde fica o elevador. Nesta mesma pesquisa, foi salientado que os Setores Hoteleiros Sul e Norte de Brasília possuem uma ampla dificuldade de mobilidade urbana, visto que as calçadas quebradas ou a falta delas juntamente com a grande quantidade de carros, atrapalha a circulação de pedestres, em especial, daqueles que possuem alguma limitação. Todavia, a maior parte dos hotéis, totalizando 25, possui, pelo menos, uma conexão ao seu interior que não tem barreiras arquitetônicas e obstáculos.

O artigo A3 também realizou uma pesquisa nos Setores Hoteleiros Norte e Sul de Brasília. Os resultados encontrados demonstraram que as questões de acessibilidade localizadas nos elevadores pesquisados, em sua maior parte, consentem as exigências publicadas na norma, porém a ausência de sonorização impede a identificação por parte das Pessoas com Deficiência Visual e se caracteriza como empecilho para a locomoção independente dessas pessoas.

É importante destacar que, no ano de 2011, foi organizado o Guia Novos Rumos pelo Ministério do Turismo (2011) que analisou a acessibilidade em espaços turísticos, estabelecimentos de alimentação e locais de hospedagem para pessoas com diversos tipos de deficiência e chegou-se à seguinte comprovação em relação aos hotéis: “Para pessoas com deficiência visual, há poucas informações em Braille ou letras em relevo, adaptações presentes somente nos elevadores”.

A pesquisa A4 diz que é imprescindível considerar que a pouca assiduidade de pessoas com deficiência visual nos estabelecimentos públicos pode ser por conta desses ambientes não estarem preparados para atendê-las. Através das respostas alcançadas por meio das entrevistas, a autora percebeu que é importante que os

funcionários dos estabelecimentos públicos sejam treinados para compreender e atender da melhor forma possível os clientes que possuem deficiência visual.

A efetivação da inclusão social demanda o reconhecimento da variedade de raça, gênero, idade e deficiência que existem na sociedade e que, de acordo com a história, estão relacionadas com a desigualdade social. Dessa forma, cabe às políticas públicas proporcionar ações de promoção que atendam a diversidade de predileções e precisões para fomentar igualdade de oportunidades (FERNANDES, 2019).

O estudo A6 alçou algumas intervenções que estavam previstas no desenho de urbanização e paisagismo do Estádio Nacional Mané Garrincha, na época da Copa do Mundo que foi sediada no Brasil. Essas intervenções pretendiam: melhorar as calçadas do entorno do Estádio e as do Eixo Monumental; construir calçadas nos Setores Hoteleiros; construir um túnel para os pedestres interligando o Estádio ao Centro de Convenções Ulysses Guimarães.

Com relação à realização dessas reformas, o artigo A6 diz que algumas dessas reformas foram realizadas, porém, em uma data bem posterior à prevista. Ao visitarem esses locais no período da pesquisa, constataram que os espaços em volta do estádio se encontram abandonados e que as reformas feitas na ocasião da Copa no local que abrange os setores hoteleiros norte e sul e a Torre de TV, foi simbólica, compreendendo apenas regiões específicas diminuindo os obstáculos de acesso das pessoas de um modo geral, mas que permaneceram impedindo a locomoção daquelas que necessitam de calçadas com estado apropriado para utilização.

A constituição de uma sociedade inclusiva resulta na consolidação do Estado em seus papéis de proteção social e na implementação de políticas públicas que oportunizem o ingresso dos cidadãos aos bens e serviços elaborados pela sociedade. Uma coletividade que a todos integra precisa reconhecer as diversidades das pessoas para que tais diferenças não signifiquem desigualdades (ARAÚJO, 2015).

Considerando que o número de indivíduos com deficiência visual é acentuado no Brasil e que há Leis, Decretos e Normas que discutem o tema e citam diretrizes para tornar os ambientes públicos mais acessíveis, torna-se essencial conscientizar o poder público e os responsáveis pelos estabelecimentos públicos sobre a importância deles se dedicarem em melhorar a acessibilidade desses locais.

Ressaltando-se que o objetivo geral desse estudo era realizar a análise da discussão de publicações que discorrem sobre a questão da importância da acessibilidade e inclusão das Pessoas com Deficiência Visual em instalações públicas do Distrito Federal, considera-se que ele foi atingido, pois, apesar da escassez de publicações voltadas para esse tema no Distrito Federal, foi possível identificar as principais dificuldades enfrentadas pelas pessoas com deficiência visual com relação à acessibilidade em espaços públicos; avaliar as condições na qual esses espaços públicos se encontram e se eles estão adequados ou não para que as pessoas com deficiência visual os utilizem.

Apesar do objetivo geral ter sido atingido, é importante destacar que a falta de artigos referentes à Acessibilidade da Pessoa com Deficiência Visual no Distrito Federal, acabou limitando um aprofundamento no assunto. Fica como sugestão a realização de pesquisas e estudos que considerem esse assunto e o coloquem em pauta.

Aconselha-se que este estudo seja expandido, visto que um dos objetivos inicialmente propostos, o de “apresentar” exemplos de espaços públicos que tenham acessibilidade e inclusão social, necessita de um maior aprofundamento.

Para além disso, o mais importante é dar voz aos protagonistas, ou seja, as pessoas com deficiência visual. Para isso, sugere-se o encaminhamento do trabalho à Associação de Pessoas com Deficiência Visual do Distrito Federal (ABDV), a título de sugestões de melhoria e ação diante dos obstáculos encontrados.

Corroborando com os resultados, Guedes et al., (2009) ressaltam a importância e a necessidade da prática de mais pesquisa, pois, a movimentação dos saberes teóricos e práticos aliados a esta, contribuem no processo de ensino-aprendizagem.

Dessa forma, torna-se fundamental que essas investigações sejam realizadas em formato de entrevistas, pesquisas de campo e relatos de vivência com as próprias pessoas com deficiência visual. É importante que os pesquisadores se sensibilizem para pesquisas desse tipo fazendo com que os verdadeiros interessados por essas questões sejam ouvidos e façam parte das discussões e das mudanças.

5 CONSIDERAÇÕES

Levando em consideração que o Gestor Público responde pelas suas decisões perante o Poder Legislativo, e além disso, que ele têm responsabilidades administrativas com a sociedade, conclui-se que é papel desse profissional defender os direitos e deveres das minorias.

Portanto, como futuro gestor público entendo que mais do que me preocupar com questões relacionadas às pessoas com deficiência visual, devo colocar em prática todo o conhecimento adquirido na vida acadêmica. Cobrando dos governantes, dando voz à essas pessoas, participando da formulação de licitações que autorizem a reforma, e até mesmo, construção de ambientes que sejam acessíveis para esse público.

Dessa forma, a conscientização dos gestores quanto à problemática da falta de acessibilidade dos espaços públicos do Distrito Federal deve ser realizada de forma que o que se defende no papel seja colocado em prática.

REFERÊNCIAS

ABNT. Associação Brasileira de Normas Técnicas. **Norma Brasileira de Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos - NBR 9050**. 2015. Disponível em: http://abridef.org.br/conteudoExtra/abridef-arquivo-2016_07_05_09_49_50-361.pdf Acesso em: 03 ago. 2020.

ABNT. Associação Brasileira de Normas Técnicas. **Norma Brasileira de Acessibilidade – Comunicação na prestação de serviços – NBR 15599**. 2008. Disponível em: http://portalarquivos2.saude.gov.br/images/sismob2/pdf/field_generico_imagens-filefield-description_21.pdf. Acesso em: 27 set. 2020.

ARAÚJO, Eliece Helena Santos. **Acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência na Faculdade de Direito da UFBA**. Monografia (Pós-Graduação Estudos Interdisciplinares Sobre a Universidade) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/20772/1/DISSERTAC387C3830-ELIECEHELENASANTOSARAUJO.pdf> Acesso em: 14 jul. 2020.

BRASIL. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Obra coletiva de autoria do Ministério Público do Trabalho, Procuradoria Regional do Trabalho da 17ª Região, PCD Legal. - Vitória: Procuradoria Regional do Trabalho da 17ª Região, 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm Acesso em: 03 ago. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 5296**. Regulamenta as Leis nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5296.htm Acesso em: 03 ago. 2020.

BRASIL. **Lei nº 10.098**. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10098.htm Acesso em: 25 set. 2020.

BRASIL. **Guia Novos Rumos pelo Ministério do Turismo**. Cartilha Programa Turismo Acessível. 2011. Disponível em: http://www.turismo.gov.br/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Guia_Novos_Rumos.pdf Acesso em: 21 set. 2020.

CARVALHO, Ednéia Maria de. **Acessibilidade e inclusão de alunos com deficiência física e/ou mobilidade reduzida: perspectivas de atuação da biblioteca escolar do colégio militar de Juiz de Fora**. Dissertação (Mestrado em Biblioteconomia) - Universidade Federal do Estado do Rio De Janeiro, Rio de

Janeiro, 2017. Disponível em: <http://www.unirio.br/ppgb/arquivo/edneia-maria-de-carvalho> Acesso em: 15 jul. 2020.

DISTRITO FEDERAL. **Acessibilidade em vias públicas e prédios públicos.** Tribunal de Contas do Distrito Federal. Secretaria de Auditoria. Terceira Divisão de Auditoria. Auditoria Operacional. Relatório Final. Brasília, 2016. Disponível em: https://www.tc.df.gov.br/ice5/auditorias/SEAUD%20-%20Auditorias_Arquivos/Relat%C3%B3rio%20Final%20e%20Decis%C3%A3o%20-%2026221-13.pdf Acesso em: 16 jul. 2020.

FERNANDES, Valdéria Santos de Souza. **Acessibilidade no Teatro para Pessoas com Deficiência Auditiva e Visual: Um Estudo Sobre a Lei Rouanet.** Monografia (Graduação em Produção em Comunicação e Cultura) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/30012/1/TCC%20FERNANDES%2C%20V.S.%20de%20S.%202019.1%20Acessibilidade%20no%20Teatro.pdf> Acesso em: 05 ago. 2020.

GHIRALDI, André Luiz Dias. **Análise de acessibilidade em calçadas, vias públicas e prédios públicos na cidade de Doutor Camargo-PR.** 2014. 88f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Engenharia Civil) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Campo Mourão, 2014. Disponível em: http://repositorio.roca.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/5870/1/CM_COECI_2014_1_06.pdf . Acesso em: 05 ago. 2020.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008. Disponível em: <http://home.ufam.edu.br/salomao/TecnicasPesquisaEconomia/Textosdeapoio/GIL,AntonioCarlosComoelaborarprojetosdepesquisa.pdf> . Acesso em: 04 ago. 2020.

GIL, Marta. Deficiência Visual. Ministério da Educação. Secretaria de Educação a Distância. 80 p. **Cadernos da TV Escola.** Brasília, 2000. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/deficienciavisual.pdf> . Acesso em: 03 ago. 2020.

GUEDES, Gilvan Ramalho; SIVIERO, Pamila Cristina Lima; MACHADO, Carla Jorge. Aspectos práticos na identificação de um modelo Grade of Membership (GoM) de máximo global: o uso da moda das probabilidades estimadas. **Revista Brasileira de Estudos de População.** v. 28 n. 2 São Paulo, 2011. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-30982011000200014 . Acesso em: 26 set. 2020.

MARTINS, Rafael Pires. **A perspectiva de acessibilidade das pessoas com deficiência física e visual frente à realidade das academias de Florianópolis.** 2012. 53 f. Monografia (Graduação em Educação Física) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/103772/tccrafaelpiresmartins.pdf;jsessionid=F87827A076EABCBE672200087426606E?sequence=1> Acesso em: 14 jul. 2020.

MOREIRA, Amanda Leite Lopes. **Acessibilidade Visual nos Museus do Governo Do Distrito Federal**. 2015. 192 f. Monografia (Graduação em Museologia) - Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2015. Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/11224/1/2015_AmandaLeiteLopesMoreira.pdf Acesso em: 16 jul. 2020.

MOURA, Thais Fernanda Ferreira; LIMA, Thays Vicuña Faustino Brás de. **A acessibilidade nas escolas do ensino fundamental de Lins**. 2015. 88 f. Monografia (Graduação em Fisioterapia) - Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium, São Paulo, SP, 2015. Disponível em: <http://www.unisalesiano.edu.br/biblioteca/monografias/58543.pdf> Acesso em: 14 jul. 2020.

OLIVEIRA, Ana Caroline. **A Inclusão da Pessoa com Deficiência no Mercado de Trabalho**. Monografia (Graduação em Serviço Social) - Faculdade Frutal-FAF, Frutal, MG, 2013. Disponível em: https://pt.slideshare.net/GlauciaAS/tcc-completo-e-revisado-protocolar?from_action=save Acesso em: 05 ago. 2020.

PIZZANI, Luciana; SILVA, Rosemary Cristina da; BELLO, Suzelei Faria; HAYASHI, Maria Cristina Piumbato Innocentini. A arte da pesquisa bibliográfica na busca do conhecimento. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 10, n. 2, Campinas – São Paulo, 2012. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/1896> . Acesso em: 04 ago. 2020.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro, 1999. Disponível em: <https://www.passeidireto.com/arquivo/32657552/sassaki-romeu-kazuma-inclusao-construindo-uma-sociedade-para-todos>. Acesso em: 27 set. 2020.

SIQUEIRA, Fernando Carlos Vinholes; FACCINI, Luiz Augusto; SILVEIRA, Denise Silva da; PICCINI, Roberto Xavier; THUMÉ, Elaine; TOMASI, Elaine. Barreiras arquitetônicas a idosos e portadores de deficiência física: um estudo epidemiológico da estrutura física das unidades básicas de saúde em sete estados do Brasil. **Revista Ciência e Saúde**, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232009000100009&script=sci_abstract&tlng=pt Acesso em: 16 jul. 2020.

SOUZA-SANTOS, Reinaldo. **Busca e Uso de Fontes Bibliográficas**. Livro. Pesquisa em Saúde Coletiva – fronteiras, objetos e métodos. Instituto de Comunicação e Informática Científica e Tecnológica em Saúde/ Fiocruz. Biblioteca de Saúde Pública. Rio de Janeiro. Editora Fiocruz, 2010, p. 229-238.